

Pauta: Apresentação dos números do DMAE

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Nós temos a presença do diretor-geral do DMAE, o Sr. Maurício Loss, e temos também presente o diretor Darcy. Hoje, o propósito é a gente falar mais sobre o DMAE, o serviço de tratamento, de coleta, distribuição e os investimentos esperados pelo DMAE para os próximos meses e como é que está a situação do nosso departamento de águas do Município. Então é uma reunião bem abrangente, a gente sabe que em alguns momentos as pessoas falam do DMAE e poucas vezes a gente vem para ver as questões técnicas, como é que está o DMAE. Então o objetivo hoje é elucidar os vereadores da comissão de finanças sobre os atuais números do DMAE, de como é que está, e como vocês, hoje, na liderança do departamento, estão coordenando o trabalho. Muito obrigada.

SR. MAURÍCIO LOSS: Bom dia; obrigado, vereadora, obrigado pelo convite, acho importante a gente estar aqui, fazer essa apresentação e tirar qualquer dúvida. Estamos abertos a qualquer diálogo com os vereadores. A gente trouxe essa apresentação para debater sobre a concessão, acho que é o tema que está vindo à tona, que tem causado algumas dúvidas, e, claro, evidentemente, qualquer outra questão relacionada ao DMAE, que os vereadores e as vereadoras tiverem interesse, a gente está aqui para esclarecer. O prefeito sempre pede para o Darcy fazer a apresentação, por ser um servidor da casa, estar há 18 anos no DMAE, participar desse processo desde o início, processo que se iniciou na gestão passada, de uma maneira totalmente equivocada, e hoje foi ajustada pelo governo Melo e a gente está trazendo a realidade. Por que se decidiu, falando em linhas gerais, pela concessão? O governo decidiu pela concessão. Dois motivos básicos: o primeiro é que o poder público está muito burocrático para o mundo em que a gente vive hoje. A gente vive hoje um mundo muito mais rápido e a população está numa outra velocidade, não na velocidade do poder público. O poder público, para fazer um projeto, um orçamento, uma

licitação... Ganha a licitação, tem briga do primeiro com o segundo, aí a empresa é uma empresa afoita, não consegue cumprir o contrato, aí tem que rescindir o contrato, faz uma nova licitação, e isso leva uns 6, 8, 10 anos e a gente não consegue entregar para a população o que ela precisa. Então o poder público, com essa demora que tem de fazer a entrega, a gente entende que o privado, na velocidade que tem também para resolver as coisas e para implementar, enfim, traz muito mais velocidade e muito mais entrega para a população. E a outra questão também é o marco do saneamento, que daqui 10 anos exige com que a gente tenha o mínimo de 90% de separação absoluta do esgoto, coisa que o DMAE, hoje, da maneira que vem conduzindo, entregando para população, na velocidade que vem, não vai atingir esses números, coisa que na iniciativa privada se consegue, e até mais. A nossa meta é que a gente tenha, em 2033, 96% de separação de esgoto. Então vou passar a palavra para o Darcy...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MAURÍCIO LOSS: Pela rapidez.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A resposta não demonstra nada, só diz que é mais rápido. Tem demonstração de que é mais rápido pela iniciativa privada? Experiência no mundo? Na Europa foi privatizado e depois reestatizado...

SR. MAURÍCIO LOSS: Mas e na Europa, o que foi privatizado depois reestatizado, e os modelos que lá também deram certo, que foram reestatizados porque por que acabou o contrato?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):... os modelos que vão ser, os da Europa, não são os do Rio de Janeiro...

SR. MAURÍCIO LOSS: Vereador, é como em qualquer lugar do mundo, a gente está aqui trabalhando um modelo para ser assertivo; obviamente que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MAURÍCIO LOSS:...tudo há risco; mas claro, a gente nem começou a mostrar, vereador.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Bom dia a todos; é importante essa oportunidade para gente poder debater; o assunto é um complexo, envolve a gestão de vários serviços de impacto da população – sempre gera esse debate acalorado, é normal. A gente pode assim, de cara, antes de eu começar, algumas das questões levantadas aqui assim. A gente tem, vereador, do histórico, executando no próprio DMAE, por exemplo, o programa em que eu trabalhei, o Programa Integrado Socioambiental – Pisa, demorou 14 anos, não foram quatro ou cinco, foram 14 anos. Então, não é uma questão de ter dinheiro ou não ter dinheiro, o PAC Saneamento, você pode procurar dados na Secretaria Nacional de Saneamento, não executou 20% do que estava disponibilizado, no Brasil inteiro, não é em Porto Alegre, não é no DMAE; isso é fruto do engessamento administrativo que tem para qualquer contratação, porque tu não vais teres fábrica de tubo com gente estatizada, tu não vais teres fábrica de válvula com gente estatizada, tu não vais teres funcionário assentando canto, tu tens que contratar. E aí a licitação tem... A gente tem domínio sobre ela até um certo ponto, a gente não tem domínio completo do processo. O privado faz uma contratação de alguém para prestar um serviço, fazer uma obra, se não estiver atendendo, ele consegue trocar em duas semanas. A gente, para trocar um prestador de serviço por mau desempenho, leva mais de um ano. A contratação em si, a licitação, é uma interrogação, tu vais até um ponto, faz projeto, faz orçamento, faz especificação, faz termo de referência, publica, mas daí para

frente tu não sabes o que vai acontecer. E a gente não tem domínio do tempo e de todas as variáveis. É muito complicado hoje em dia, é muito complicado. A gente tem vários históricos desse tipo de problema; se vais a outras cidades, questiona as companhias de saneamento, elas vão falar os mesmos tipos de problema: a obra que atrasou, o investimento que não acontece, o planejamento que não...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, eu estou só.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É claro que eu respeito. Eu estou só respondendo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Está bem; vereadora, com todo respeito, eu só quis responder ao questionamento que foi levantado aqui, só isso.

SR. MAURÍCIO LOSS: A gente vai, sim, vereadora, fazer uma apresentação...

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Que nos foi pedido.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

(Procede-se à apresentação.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Então, antes de entrar exatamente na proposta que está na mesa, que está sendo tratada e alinhada, a gente separou

uns conceitos assim, que, às vezes, geram certa confusão. Então, assim: a água é um bem público e não será privatizado. O que a gente quer dizer com isso? Não existe privatizar o bem da natureza, entende? Existe a gestão privada da distribuição ou do tratamento, mas não da água na natureza, não existe. Em 2018, eu fui a um congresso, em Brasília, Congresso Mundial da Água, um evento que é mundial – no Brasil, acho que foi a primeira vez –, é um evento bem grande. Tinha distribuição lá de água mineral de garrafinha de um particular; aí, tinha protesto dizendo assim: “Ah, estão vendendo o aquífero Guarani para a Nestlé”. Não existe isso, gente, não aconteceu – foi em 2018, nós estamos em 2023 – e nem nunca vai acontecer. Não dá para confundir, ninguém vai ser dono do bem na natureza para impedir o uso das pessoas, nem para agricultura, nem para saneamento, nem para nada. O serviço de saneamento é de competência pública, ele pode ser, como eu falei, ter um gerenciamento do funcionamento de uma iniciativa privada, mas sempre vai ser uma responsabilidade, uma atribuição da entidade pública, a competência é pública. E o objetivo é a universalização dos serviços para todos, independente de classe, raça, religião, gênero. A universalização é para alcançar a todos. Outro conceito que é bem consolidado no Brasil e até fora do Brasil também é que o município é que tem a titularidade, o município é que tem a responsabilidade; o serviço tem interesse e caráter local. Isso é bem importante, porque as realidades são diferentes entre municípios, estados, países e tal. Só quem é do município sabe a capacidade de pagar que a população tem, sabe as características de costume, as características um pouco mais de engenharia, que são de topografia, de comportamento da população. Então esse é um conceito consagrado. Tem muitos municípios no Brasil que contratam a empresa estadual, mas é o município que tem a titularidade, essa é uma decisão do município.

Aqui, temos os caracteres do saneamento: ele é social, ambiental e econômico; ele é um elemento estruturante do desenvolvimento social, ele é de saúde pública, porque, tanto no abastecimento de água ou esgotamento sanitário, ele tem o caráter de atingir todas as localidades, inclusive o que a lei chama de núcleo urbano informal, que são as áreas das periferias mais carentes em geral.

Ele é ambiental, no sentido de uso dos recursos da natureza. Ele tem um papel de redução de risco hidrológico, na manutenção de água pluvial e de manutenção da disponibilidade e melhoria dos recursos. E ele também é econômico, nessa questão que eu já tinha falado de a tarifa ser sustentável, o pagamento da população. Ele também é econômico no controle das perdas da distribuição de água e na expansão da prestação do serviço. A expansão tem que se dar de uma forma economicamente viável para a população poder pagar. A tarifa hoje de água em Porto Alegre é R\$ 4,63, ou seja, paga-se R\$ 4,63 para cada 1 mil litros, ou seja, 1 metro cúbico, que é entregue no jardim da moradia. Não adianta eu dizer que preciso de um investimento altíssimo e que eu vou aumentar a tarifa para R\$ 7,00, R\$ 8,00 ou R\$ 9,00, as pessoas não têm capacidade de pagar isso. Então tem esse caráter econômico, e a gente tem que ter o controle de um valor de pagamento que seja possível de as pessoas, na sua renda, poderem contribuir.

Aqui, começa a apresentação sobre o modelo – não é sobre o caráter de saneamento em geral. A gente começa dizendo estas coisas assim: o DMAE, nessa proposta, não será extinto, nem vendido, nem privatizado. O que a gente quer dizer com isso? Que o DMAE vai continuar sendo o DMAE como a figura jurídica e pública que é hoje. Ele vai ter uma mudança da operação, vamos dizer assim, diária, mas ele, como entidade, não vai mudar, o patrimônio não vai ser vendido. É como a gente diz ali: o patrimônio existente continua sendo público. Inclusive, o patrimônio melhorado, ampliado ou agregado, que o parceiro privado vier a fazer, também é público, integra o patrimônio público. O que o privado faz, nessa proposta, ele tem o direito e o dever de operar o sistema, de manter os equipamentos e a infraestrutura. O privado, nesse caso, é um parceiro prestador de serviço, ele não é proprietário de nenhum bem. E o contrato é reversível; o DMAE pode retomar a totalidade do serviço em caso de descumprimento. Aí o contrato tem uma série de previsões, de sanções, de questionamentos e de possibilidade de reversibilidade. Isso era um retrato de 31/12/22, projetado para 31/12/23. O DMAE, somando os servidores do quadro efetivo, os funcionários vindos de outras esferas públicas, que a gente chama de adidos ou CCs, contava

com 1.450 servidores, 358 com condições de se aposentar ao final de 31/12/23, e essa condição de se aposentar, de 358, é uma deliberação única e exclusiva do funcionário; o funcionário, no momento em que cumpriu todos os requisitos de aposentadoria, ele pode se desligar imediatamente, não há controle sobre isso. A gente quer mostrar nessa tela que nós estamos num momento de decisão: ou nós temos que partir para a parceria, ou vamos ter que repor todos esses 350 funcionários. Não exatamente a mesma quantidade, mas vamos ter que ter uma reposição grande de funcionários. Como é o DMAE hoje? É importante falar que quando esse processo começou, em 2019, muito pouco abrangia drenagem urbana, basicamente o foco era esgotamento sanitário e tratamento de água, só que a drenagem urbana para Porto Alegre é um problema maior do que o esgotamento sanitário ou o abastecimento de água, bem maior. Ela é maior porque a quantidade de recursos necessários para fazer os investimentos é bem maior, e é fácil de entender isso porque enquanto uma canalização de água e esgoto tem um certo tamanho, as galerias de drenagem urbana são enormes, então a obra é maior, os investimentos são muito mais pesados. Vocês podem ver quando tem obra de drenagem urbana na cidade, as avenidas ou ruas grandes ficam totalmente interditadas porque a obra tem um tamanho maior, então a necessidade de valor, de despesa, de investimento, é muito maior. E não era muito o escopo daquela primeira proposta de estruturação, a drenagem estava meio perdida. Só que agora o DMAE está com a atribuição plena de drenagem urbana, e essa proposta impacta diretamente na drenagem urbana, de forma positiva, e é por isso que a gente traz então, agora, a drenagem urbana nesse assunto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não está, mas os recursos da outorga vão custear a drenagem. A média de 10 anos de aplicação da Prefeitura de recurso em drenagem urbana, seja de custeio ou expansão, seja de custeio ou investimento, é de R\$ 64 milhões. Para drenagem urbana, é custeio e

investimento. Só investimento para água e esgoto, a média dos últimos 10 anos é R\$ 100 milhões. Aí custeio de água e esgoto tem outros valores bem maiores, mas nós vamos ficar nesse escopo porque é o escopo que impacta essa contratação. Muito se fala da capacidade de tratamento de esgoto: “Ah, é 80%, é 60%, é 50%”. É um pouco confuso isso, mas a gente tenta explicar aqui. Setenta e dois por cento é a cobertura. O que que é isso? Setenta e dois por cento da população tem canalização disponível na frente da sua moradia para ser conectada no sistema de esgoto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É um número bom. É um número bem bom.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Considerando a população toda. Desses 72%, em 12% a rede de canalização de esgoto não está completa, não vai até a estação de tratamento; tem núcleos, regiões, bairros que têm a rede de esgoto, mas ela não é completa, ela não tem a canalização integralmente, a linha toda de condução de esgoto e bombeamentos, elevatórias não vai até a estação. Então a capacidade real de tratamento da cidade é 60%. Não é só das estações. As estações de tratamento poderiam receber mais esgoto, só que não tem as canalizações ou as bombas que levam o esgoto para lá, e não é coisa pouca, onde isso está incompleto, por exemplo, lá na Lomba do Pinheiro, lá perto do cemitério, tem bairros que tem rede de esgoto, só que dali até chegar na Serraria, a ponta do primeiro coletor de esgoto que está é bem longe.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Está despejando no arroio, caindo na natureza, cai no Dilúvio, está no misto. Então, dos 72, 12 não chegam na

estação; são só 60. A capacidade real para tratar são 60, ou seja, coleta, condução e tratamento são 60. Por que o 60 não acontece, acontece 50, 51, aí oscila um pouco? Porque a gente tem interrupções no sistema, por falta de energia, por manutenção, parada operacional seja programada ou emergencial. A condução de esgoto e operação de esgoto são extremamente intensos, toda hora os equipamentos precisam de manutenção. Então, ao final do ano, se pegar o computo geral, o volume de esgoto tratado, dá 50, 51, 52, fica oscilando nisso, é o que tem oscilado nos últimos anos, 50%. O que acontece realmente são 50.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, 50 é o que está acontecendo, isso é o volume que chega na estação de tratamento, comparando com a quantidade de água que a gente distribui. Realmente tem uma parcela de moradias que não estão conectadas, esse número exato a gente não tem, mas que tem uma parcela razoável de casas que não estão conectadas, tem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Isso é um assunto bem controverso em várias companhias de saneamento, a maioria – embasado em lei federal – notifica o particular para ele se conectar, a maioria das empresas faz isso. O DMAE faz isso com as redes velhas, mas, de alguns anos para cá, as nossas obras novas de expansão em bairro, a gente tem feito a ligação a bem do ganho ambiental. É um assunto mal resolvido no Brasil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Nas obras novas, só que as obras novas são 25% da malha toda de esgoto, o resto todo é rede antiga. O número exato de quantos não estão efetivamente ligados a gente não tem. Aí colocam: ah, mas

neste ritmo vai levar 37 anos. O pessoal critica muito, mas acontece que o investimento necessário de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sem drenagem, é de 3,7 bilhões para universalizar o esgotamento e alcançar a água sem interrupção, sem intermitência, em todos os bairros, em todas as regiões. Se a gente tem uma média de efetivar 100 milhões por ano de investimento, para chegar em 3,7 bilhões leva 37 anos, isso em despesa financeira. Mas vamos para a capacidade de fazer obra, o recorde que o DMAE conseguiu fazer de rede coletora de esgoto não deu 50 km num ano. Essas regiões que faltam fazer a rede coletora que não tem o sistema separador dá mais de 1.400 km. Se o DMAE não consegue fazer mais que 50 km por ano, mesmo nos maiores programas que teve, com maior volume de contratações, investimento que tinha, e precisa fazer 1.400 km, só para fazer as redes coletores, leva 28 anos, isso se todo o ano fizer 50 km sem falhar. Isso nunca aconteceu, o máximo eu acho que foi 45 ou 46 e foi um pico de um ano e outros anos já foi um pouco menos; 50 km todo ano é chão. Para fazer 1.400 km, são 28 anos só de rede coletora. É fácil chegar nestes 30, 30 e poucos anos para dizer que é o tempo que vai levar para chegar na universalização do sistema, é fácil dizer que esse número vai chegar perto. Não é invenção este número 37, ele é.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Só de custeio, operação e manutenção. A drenagem urbana não é só o cano, ela funciona por vala, valeta, funciona de várias formas. A drenagem urbana é um pouco diferente, ela não é exatamente canalização para tudo. Em todos os bairros a água escoar de algum jeito, então não é como o abastecimento de água esgotamento sanitário que só vai acontecer se tiver a infraestrutura instalada. A chuva acaba escoando de algum jeito. Se o sistema está mais adequado, se as pessoas vivem numa condição boa, isso é outra coisa. Claro que tem um déficit grande de investimento, bem grande, bem grande. Tem alguns lugares que não têm infraestrutura.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Até onde vai chegar no arroio. Não é só a casa dele. A realidade é bem assim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, 50 quilômetros são de esgotamento sanitário. Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: As pessoas querem ter a conta e a água com regularidade, sem falha, não com intermitência como tem hoje. Porque hoje essas comunidades que têm a mangueirinha...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, olha só, esse é um dos motivos pelos quais dessa contratação e não é privatização nem venda. É porque essas coisas todas vão estar em contrato, têm que ser cumpridas e nós vamos fiscalizar. Então, olha só...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu queria falar sobre...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É R\$ 4,63. Não, isso é a tarifa normal. A social é quatro vezes R\$ 4,63— só para água. Com esgoto dá... Não, não, isso é tarifa social. Isso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Olha só, no que eu posso ajudar nessa questão. Eu, até pouco tempo atrás, achava, achava mesmo, e tinha um monte de dados para me induzir nesse caminho, que não tinha como fazer água, esgoto e manutenção da drenagem sem um realinhamento de tarifa. Realinhamento, não é correção de inflação, é realinhamento. Até que começo a perceber todas as contratações de esgotamento sanitário que têm com parceria privada no Brasil, todas, o valor cobrado pelo esgoto é bem menor do que o do DMAE, bem menor, e as empresas estão fazendo. A mais cara de todas é a Metrosul, que é R\$ 3,11; o DMAE cobra o esgoto R\$ 3,71. Várias, no Brasil, são abaixo de R\$ 2,50; algumas, abaixo de R\$ 2,00 o esgoto. O volume de investimento é do tamanho do de Porto Alegre, e eles estão fazendo. Então...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, não é, não é.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu nunca prestei. É porque o investimento não acontece.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É isso aí, e isso se repete...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É isso, é isso, porque a licitação atrasa, porque a contratação não acontece, porque o desempenho da obra não vai, porque a obra tem um monte de entraves administrativos, há inúmeros casos, vários casos são assim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É isso aí, e isso acontece em várias companhias de saneamento pelo Brasil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, não é que tinha de ruim, o pior é que a drenagem não estava resolvida, entende?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Vai estar, já vou chegar lá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: E assim, o que é que aconteceu na gestão anterior? Os estudos começaram já no finalzinho da gestão, finalzinho de 2019, início de 2020. Em seguida, veio a pandemia. Naquele ano de 2020, como era o último ano da gestão, eles queriam terminar o estudo, e aí não ficou um estudo profundo, com calma, com etapa, com estruturação, ficou tudo meio corrido e não tinha a parte da drenagem. Na verdade, hoje, o contrato da Prefeitura com o BNDES é o mesmo contrato aquele ainda, só que teve várias rodadas internas no DMAE, está tendo muito debate, muita discussão, e o modelo foi mudando,

foi mudando, o modelo de contratação foi mudando e foi incorporada a drenagem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu nem sei te dizer. Não sei te dizer. Eu só queria retomar o negócio das mangueirinhas, que foi falado pelo pessoal que vive na área informal. Esse pessoal que tem a mangueirinha tem água de vez em quando. Não é assim: "Ah, tem água". Não, é de vez em quando. No momento que tiver um prestador de serviço com um contrato assinado, com metas e prazos, metas de médio e longo prazos, ele tem que entregar água sem intermitência. Tem indicadores de desempenho que afetam a remuneração dele e que vão ser fiscalizados pelo DMAE. As pessoas vão ter conta, mas aquelas que forem enquadradas como... (Ininteligível.) ...vão ter tarifa social, mas elas vão ter o direito de cobrar água sem intermitência, sem interrupção. Hoje elas não têm esse direito, porque estão na mangueirinha. Antes era o DMAE, bem rapidamente, na proposta do que ele é hoje, e aí o DMAE com... (Ininteligível.) ...a gente mudou o cabeçalho da apresentação. É a primeira coisa que a gente sempre fala: O DMAE não será extinto. O que vai é mudar o escopo de atuação. O que é que vai ser o foco? Essas três grandes ações. Monitoramento e gestão ambiental, o que é isso? A gente já fez, o DMAE, há muitos anos, há 30 anos para mais, algum monitoramento do lago do Guaíba, monitoramento basicamente da qualidade da água. Há trinta e poucos anos a tecnologia de modelagem matemática, modelagem computacional... Tu és formado em matemática, vereador? Corolário, a gente ouvia nas aulas de cálculo! O DMAE fazia, mas era meio incipiente, e o que a gente propõe? O pessoal tem capacidade de fazer, tem vontade de fazer, mas não tem disponibilidade porque está preocupado só com a operação do dia a dia, e nós queremos fazer uma entrega muito mais finalística para a sociedade, que é o monitoramento e gestão ambiental não só do lago, mas dos principais cursos d'água: arroios Passo das Pedras, Passo da Mangueira, Salso, Cavahada, Dilúvio. O Dilúvio tem um pouco

porque de dificuldade, porque ele vem de outro município, mas todos esses outros que eu falei nascem e terminam dentro de Porto Alegre – Cavalhada, Salso, Passo das Pedras, Passo da Mangueira, os que tiverem canal aberto, o Areia tem um canal lá no final. Aí a gente pode monitorar onde realmente estão os focos das poluições e preservar, tentar criar, a partir disso, ações de preservação e melhoria da qualidade da água, do ambiente natural. O pessoal tem capacidade analítica e de conhecimento para isso, não se faz porque hoje nós estamos preocupados em consertar bomba, consertar cano, contratar prestador de serviço para dezenas de atividades operacionais que a gente não precisava estar fazendo, a gente poderia estar focado na entrega finalística, mas a gente não consegue chegar lá porque passa o tempo todo preocupado com a atividade meio.

Qual é o outro foco? É a captação e o tratamento de água. Isso não sai do DMAE, que é o que se considera saneamento mais valioso, porque na verdade é a produção da água potável que as pessoas vão consumir. Isso não sai do DMAE, ele vai produzir água tratada; a partir da distribuição é que vai ter a gestão do parceiro privado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Isso é uma coisa que tem que ser resolvida. Não existe como fazer uma contratação dessas sem ter uma agência reguladora contratada, não existe, isso é previsão legal, da lei de concessões, não tem como não ter a agência reguladora.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Basicamente existem duas no Rio Grande do Sul, existem a Agergs e a Agesan.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não tem como ter esse contrato sem ter agência reguladora. Isso não existe.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É que a agência reguladora faz um trabalho que não é nem defender o usuário, nem o poder concedente, nem concessionária, ele é uma entidade fora. O pessoal que trabalha com regulação desenha um triângulo, bota três pontas: usuário, poder concedente e concessionário, e bota a agência dentro desse triângulo, porque, na verdade, ela está lá para fazer o equilíbrio entre todas as relações. Um dos papéis dela é verificar o cumprimento dos investimentos, os indicadores de desempenho, calcular os eventuais pedidos de reajuste, reequilíbrio, seja lá o que for, de tarifa – esse também é o papel dela. Não é que ela seja decisória, mas ela tem um trabalho de apoio.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Ela tem um papel grande nisso aí, principalmente ela.

Terceira atuação do DMAE nessa parcerização é a manutenção da drenagem urbana – aí que entra a drenagem, vereador –, o DMAE vai continuar fazendo a drenagem urbana. Com qual recurso? O recurso vindo da outorga, que é a disputa. Como está proposto isso? Tem um contrato com metas de alcance de universalização de esgotamento, de abastecimento de água sem interrupção, tem indicadores de desempenho, tem as obrigações de cumprimento por parte do contratado. Aí ele tem um valor mínimo para pagar para assinar o contrato. E ele tem um valor, que é um percentual fixo da arrecadação, que ele tem que repassar para o DMAE mensalmente. Esse percentual está sendo ajustado, mas está em torno de 26%, 27%. Além disso, ele tem que comprar água – isso é imperioso no contrato – tratada do DMAE a um preço unitário da produção de

água do DMAE. A soma de todas essas receitas cobre toda as despesas do DMAE com funcionários, com financiamentos já contratados, com a produção de água, obviamente, e ela gera um excedente de mais de R\$ 100 milhões por ano. Então, aí que entra a drenagem nesse assunto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Isso, e vende para o parceiro fazer a distribuição.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Ele vai vender nas regras tarifárias de hoje.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Aí que está, o esgoto sanitário cobra na conta, como o DMAE cobra hoje, que são 08 da quantidade.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Vai receber para fazer a manutenção da drenagem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, é mais!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, é mais de R\$ 900 milhões a arrecadação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Esses 109 é um excedente, ele não é o valor previsto de arrecadação, que é muito maior que esse. Tem a venda da água... É o valor que vai estar disponível para aplicar em drenagem urbana.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Hoje nós não temos fonte de recurso para drenagem urbana. Aquilo que falei lá no início: não tem tarifa de pluvial. A água tem tarifa, o esgoto tem tarifa, a iluminação tem tarifa, o recolhimento de lixo tem tarifa, o pluvial não tem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Toda a equação econômica montada é uma TIR de 8%, e é isso. Se ele vai lucrar mais que isso vai depender se ele conseguir fazer os investimentos no menor valor. A TIR é 8 %.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Oito por cento é a TIR real. Mas a aplicação financeira está dando 12%.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É isso, então... Aí nós vamos entrar no discurso de... Eu não sou economista, mas aí vamos entrar no discurso de taxa Selic e outras coisas assim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim, sim. Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Assim, as metas que são indicadores de desempenho, nós estamos ainda estruturando lá, são mais de 10. Tem para extravasamento de esgoto, tem para efetividade das ligações de esgoto, tem para intermitência no abastecimento de água, tem para perda de água, tem para expansão da universalização do esgotamento, tem vários. Todos esses indicadores vão impactar no reajustamento até então. Todo ano, o trabalho do DMAE como fiscal e da agência reguladora, que vai pedir relatório, é justamente verificar se o contrato está sendo cumprido, e se as coisas estão sendo alcançadas. Aí, assim, todo ano, no momento do reajustamento – não é realinhamento, recalque, reestruturação –, esses indicadores vão impactar no percentual de reajustamento. Não sei dizer quanto por cento, exatamente quanto; nós estamos ponderando os indicadores ainda, quanto é que vai ser e tal. Mas, assim, todo ano tem, porque o contrato vai ser um contrato do DMAE, e o DMAE vai fiscalizar o contrato.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Como assim?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, não, não, não! O indicador não alcançado abate o reajuste. Abate o reajuste.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Pelo próprio DMAE.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: E, assim, o saneamento, todo ele é financiado pela população. Só existe uma fonte do recurso, que é a tarifa. Isso aí é claro. Seja público ou privado, semipúblico ou semiprivada, a tarifa é que paga!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim. Sim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: A lei de concessões não exige autorização legislativa, a lei federal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Como a lei federal não exige, eu sou engenheiro, mas eu estudei concessões... Eu tenho curso de especialização em

concessões, a lei federal não exige autorização legislativa. Se ela não exige, não tem essa discussão se a lei é ordinária, complementar. Na verdade, ela não exige lei.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu não consigo responder isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim, eu era diretor-geral...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim, sim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É o mesmo contrato, não foi pago nada ainda. E esse contrato é gerenciado pela Secretaria de Parcerias. O DMAE não participa disso, o DMAE só é informante dos dados, mas o contrato é gerenciado pela Secretaria de Parcerias.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Mudou o modelo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Tá, mas eu não apresentava na outra. O secretário de parcerias...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, vamos por partes. No processo de parceria, quem contratou o BNDES para fazer a estruturação foi a Secretaria de Parcerias, no outro governo. Agora também tem Secretaria de Parcerias, com outras pessoas, mas continua tendo. O contrato é gerenciado por lá. Então, eu não consigo informar o que ele está perguntando sobre o pagamento do BNDES.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim, sim, sim, sim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Isso. Menos, mas tudo bem. Menos! Menos!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Vereador, assim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não. Tá bom! (Risadas.) Está bem...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, não! Começou em setembro de 2019.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Setembro de 2019.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É que acabou a gestão em 31-12-2020.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: E não tinha drenagem resolvida, mas fala...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Olha só, eu não sou procurador nem advogado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, não, olha só, vamos só recuperar o histórico. Primeiro, vou dar uma posição assim, eu sou funcionário, sou do quadro, por que eu me ofereci, na época, para ser diretor-geral e por que eu participo dessa gestão? Porque eu tenho convicção que precisa ter alguma participação privada no serviço, alguma. Não estou dizendo que seja toda, ou que seja pequena...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É isso aí que eu queria recuperar, em 2018, só para recuperar, que teve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIn, contra esse dispositivo que está na Lei Orgânica, que não poderia ter concessão privada do serviço de saneamento em Porto Alegre...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não sei, 18, 19.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não sei dizer, mas aí foi isso que ele fez na época e que teve sucesso nessa ADIn, isso então foi riscado da Lei Orgânica, esse dispositivo unicamente.

Quanto a ter ou não que passar pela Câmara, como eu disse, a lei federal diz que não precisa, agora eu não vou falar em nome do prefeito, nem eu, nem o Maurício, é isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Cabe a nós aqui apresentar os modelos, falar da posição política do prefeito, aí tem que ser com o prefeito, tem que ser com o governo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MAURÍCIO LOSS: Ver. Robaina, não é nada para justificar a minha pergunta, é só uma pergunta mesmo. A lei federal seria maior do que a lei municipal em relação a isso, e até por ser mais recente que a lei municipal, não teria se adequado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MAURÍCIO LOSS: É que a Corsan também é outro, aí é... (Ininteligível.) ...aí e outro modelo sim. Aqui, vereador, dos inúmeros contratos que nós temos, esse seria mais um contrato num serviço mais amplo, é um contrato de 35 anos. O DMAE continua sendo DMAE, continua com todos os servidores, não passa nenhum ativo para o privado. Inclusive todas as melhorias, benfeitorias e obras, elevatórias, movimento de esgoto, todas essas casas de bombas, tudo fica para o Município, para o DMAE...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MAURÍCIO LOSS: Captação no rio, as seis estações de tratamento de água, e vende para o parceiro a água, e também as casas de bomba do pluvial, é responsável por toda a dragagem e drenagem de Porto Alegre, enfim, toda a infra de manejo de águas pluviais. Já temos o esquema para diferenciar do esgoto, que o esgoto é o cloacal... (Ininteligível.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): (Início da fala inaudível.) ...a lei federal não invalida o que está na Lei Orgânica neste caso. O Município tem autonomia para estabelecer...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu queria só retomar uma coisa que a vereadora falou sobre a cada quatro anos mudar a gestão. Essa é uma das grandes vantagens que eu enxergo numa contratação assim, porque todo mundo fala no Brasil que não existe política de Estado, só tem as políticas de governo. Só que, quando tu tens um contrato de longo prazo, com metas de

médio e longo prazo, ele fica blindado às mudanças de rumo dos governos. Se o contrato tem meta de médio e longo prazo, tem que entregar aquilo, só se houver uma decisão de romper o contrato. Esses grandes programas que o DMAE teve, socioambiental, pró-Guaíba, há 30 anos, para ter continuidade, eles precisavam que o próximo diretor-geral, que em média muda a cada dois ou três anos, tivesse empenhado em seguir com aquilo, porque, se ele mudar um pouco o esforço dele e tiver uma visão diferente, aquilo já não se realiza.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Ele não foi anulado.

SR. MAURÍCIO LOSS: O BNDES também estudou lá atrás a questão da concessão plena, mas também é uma decisão de governo não entregar tudo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas o BNDES, no seu planejamento, explorou essa possibilidade

SR. MAURÍCIO LOSS: Também, foi a pedida inicial...

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: De novo, tem a possibilidade de parcerias. O contrato...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É que o contrato não terminou.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Manda para o GP, para o gabinete do prefeito. É porque isso envolve a Secretaria de Parcerias, envolve mais de uma secretaria.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Era o secretário de parcerias da época. Era a minha secretaria. Teve o Bruno Vanuzzi, teve o Thiago Ribeiro... Olha, mudaram todas as pessoas da Secretaria de Parcerias. Assim, o que eu sei, esse contrato do BNDES é o mesmo e, que eu saiba, não foi pago nenhum centavo para o BNDES até hoje, que eu saiba. Porque ele foi contratado para estruturar um modelo de concessão, e o que o senhor está falando aqui é verdade e é que, se não houvesse sucesso nessa contratação, ou seja, se botar a licitação para rua e não tiver interessado, se houver fracassado, aí tem um valor mínimo que a Prefeitura tem que indenizar o BNDES pelo trabalho feito pela estruturação, é isso. É isso o que ele está falando, é isso aí. Mas, que eu saiba, não foi pago nada até hoje. É isso, que eu acho que está sendo o debate aqui.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, é da Secretaria de Parceria esse trabalho.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu só queria dizer mais duas coisas. Uma é a conta que a gente faz ao contrário, para fazer a mesma quantidade de investimento, para ter o mesmo... porque hoje nós não temos uma fonte para a drenagem urbana da cidade; para aplicar os mesmos R\$100 milhões em drenagem urbana na cidade. Pelos custos que o DMAE tem – administrativo e

de execução de obra – hoje, para fazer de forma direta no DMAE, como é hoje, tem que realinhar a tarifa. Ou seja, é o comparativo do fazer com privado ou fazer com público. Se eu for fazer com o público, tem que realinhar a tarifa, é o que a gente bota lá, porque o DMAE não é superavitário; não, não é. A gente pode trazer em outra reunião aqui e mostrar os números.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Pois é; não é.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não. Essa sobra de caixa é sobra de não-obra; se fizesse as obras que tem no plano de saneamento ficava negativo. Acabava o dinheiro rapidinho.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Tem o balanço do DMAE, eu posso trazer numa outra apresentação e mostrar; tem o *link* lá da Prefeitura que publica, a publicação é obrigatória, todo ano tem um balanço lá das receitas e despesas, balanço contábil, tem tudo lá. É de lá que tu extrais os dados e dá para ver claramente que nos últimos 10 anos o DMAE foi negativo em 8.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não é com outros locais; o custo do DMAE é tabela Sinapi, que é a tabela de preço brasileira da Caixa, de todas as obras públicas, que é auditado pelo TCE, pelo TSU, pelos órgãos de controle; os preços são os mesmos. Acontece que o privado faz mais rápido e faz o menor preço. É isso que ele faz. É só isso. Essa é a diferença. Pra eu comprar esse copo aqui eu tenho que fazer uma licitação; tu queres comprar um copo, tu vais lá no supermercado e compra, ou onde quiser, e compra. Essa é a diferença.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: De esgoto, da América Latina; é a maior do Rio Grande do Sul.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É isso, é bastante. Operação, e ele tem que cumprir a meta de efluente tratado, que não é fácil; que não é fácil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Olha, para quem tem que investir 3,7 bilhões no período do contrato não é tão simples assim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não; não é, tem que ter expertise; é só isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Acredito que foi um bom debate, a gente vai preparar um dosiezinho do que os vereadores pediram, e daí a gente encaminha para a secretaria de parcerias, eu te mando também, a gente manda ali, e daí a gente consegue evoluir nas dúvidas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Claro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não entendi bem qual é a pergunta.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Sim; o contrato é do DMAE, a fiscalização é do DMAE.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então é isso. Obrigada. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h40min.)